



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

PARECER JURÍDICO

Referência: **Projeto de Lei nº 52/2025**

Autor: **Prefeito Municipal de Itaúna do Sul/PR**

1. Relatório

Trata-se o presente Parecer do Projeto de Lei nº 52/2025 de autoria do Senhor Prefeito Municipal de Itaúna do Sul/PR, que dispõe sobre alterações no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Itaúna do Sul/PR, Lei 1276/2019, alterada pela Lei 1470/2022, e dá outras providências, apresentado por meio do Ofício 110/2025, recebido em 28 de novembro de 2025.

Conforme consta da Mensagem do Senhor Prefeito Municipal anexa ao Projeto, o projeto tem por objetivo aperfeiçoar e valorizar a carreira dos profissionais do magistério municipal estabelecendo critérios claros e objetivos para a progressão horizontal e para a concessão de adicionais de incentivo e aperfeiçoamento. É o relatório.

2. Fundamentação

2.1. Da técnica legislativa

Insta salientar, de início, que a elaboração legislativa exige, acima de tudo, observância de procedimentos e normas redacionais específicas, requisitos que se inserem no âmbito de abrangência da “técnica legislativa”.

No contexto supracitado, observa-se que no Projeto de Lei ora analisado, não foram detectadas grandes inconsistências de redação, no entanto, algumas observações podem ser feitas quanto à técnica legislativa, prevista na Lei Complementar nº 95/1998.

Uma delas se refere à Ementa, sendo que conforme o art. 5º da Lei Complementar 95/1998, a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Observa-se que todas as leis do Município deveriam estar compiladas, o que não acontece, contudo, não é correto colocar que a Lei 1.276/2019 foi alterada pela Lei 1.470/2022, posto que existem outras alterações na Lei. Além disso, a expressão “e dá outras



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

providências" deve ser retirada, podendo-se escrever na Ementa quais os artigos estão sendo alterados.

Outra observação a ser feita, é quanto ao art. 1º do Projeto de Lei, pois ele deveria indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os princípios previstos no art. 7º da Lei Complementar nº 95/1998, não podendo a Lei começar do modo previsto no Projeto de Lei em tela.

Observa-se ainda que no art. 1º estão sendo alterado os *caputs* dos arts. 35 e 36 da Lei Municipal nº 1.276/2019, contudo, observa-se que os artigos alterados não possuem incisos ou artigos, razão pela qual deveria constar: "Ficam alterados os arts. 35 e 36 da Lei 1.276/2019, passando a vigorar com a seguinte redação".

No art. 2º, como o artigo já possuía um parágrafo único, o correto deveria ser: "fica alterado o art. 37 da Lei 1.276/2019, passando a vigorar com a seguinte redação", ou ao menos, "o parágrafo único passará a ser o § 1º e fica acrescido o § 2º ao art. 37".

Além disso, não consta nada no projeto de lei a respeito de revogação, ou seja, o texto não indica se já revogação tácita de dispositivos.

Por fim, caso seja aprovado, o texto deve ser consolidado, conforme previsto na LC 95/1998.

2.2 Da iniciativa legislativa

Quanto à iniciativa legislativa, constata-se adequada a iniciativa pelo Prefeito Municipal, pois a propositura quanto ao assunto em tela é de competência do Chefe do Poder Executivo, conforme se observa dos arts. 46 e 47 da Lei Orgânica do Município.

2.3. Da competência legislativa

Quanto à competência legislativa, observa-se que na estrutura federativa brasileira, impõe-se aos municípios a observância dos princípios e das regras gerais de organização adotados pela Constituição Federal, cuja estrutura é dotada normas centrais que conferem homogeneidade aos ordenamentos parciais constitutivos do Estado Federal, seja no plano constitucional, no domínio das Constituições Estaduais, seja na área subordinada da legislação ordinária.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Na concretização da repartição das competências dos entes federados, a Constituição Federal previu as matérias cuja iniciativa legislativa reservou expressamente aos Municípios, vejamos: **Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...).**

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu a autonomia dos municípios, no ensinamento de Celso Ribeiro Bastos, emprestando a estes entes quatro competências particularmente significativas: (i) auto-organização, através da existência de Lei Orgânica Municipal; (ii) auto-governo, através da eleição de prefeito e vereadores; (iii) faculdade normativa, através da capacidade de editar leis locais próprias ou legislação suplementar às leis estaduais e federais; (iv) auto-administração ou auto-determinação, através da administração e prestação de serviços de interesse local.

O presente projeto de lei se insere, efetivamente, na definição de interesse local, porque visa alterar dispositivos da Lei Municipal 52/2025, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Itaúna do Sul/PR.

Desta forma, cumpriu-se adequadamente os requisitos de competência legislativa para o projeto analisado.

2.4. Da legislação pertinente

O Projeto de Lei em tela foi protocolado na Câmara Municipal, mas não possui nenhum anexo. Conforme artigos expostos a seguir, o Projeto de Lei é inconstitucional e ilegal, ante a ausência de estudo de impacto-orçamentário, vejamos:

A Constituição Federal estabelece no art. 169 que:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

Por sua vez, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016)

Do mesmo modo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, estabelece que:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Dessa forma, embora o Projeto esteja apenas alterando dispositivos da Lei Municipal 1.276/2019, observa-se que no art. 35 e 36 há alteração de despesas obrigatórias, pois antes havia apenas uma passagem de classe por vez a cada ano e agora podendo ser promovido até duas classes a cada vinte e quatro meses. Assim, há alteração de despesas obrigatória, ampliando remuneração futura, e embora os artigos elevem os requisitos de qualificação, ampliam progressões possíveis, exigindo o estudo de impacto financeiro.

Além disso, o parágrafo segundo do art. 2º do Projeto de Lei estabelece que além da progressão horizontal de 01 classe, fará jus a mais uma progressão horizontal, estando ampliando hipótese de progressão, ou seja, cria nova obrigação à Administração, exigindo também impacto financeiro em razão de despesa obrigatória aumentada.

Quanto ao art. 3º do Projeto de Lei, não há impacto imediato aparente, pois limita concessão, mas afeta a contagem de interstícios, o que deveria constar no estudo. Quanto ao art. 4º, não havia limitação percentual, sendo que agora cria limite de 30%, havendo possível redação de custo, mas ainda assim altera critérios de progressão, exigindo estimativa de impacto.

Quanto ao art. 5º, embora aparentemente haja redução, a mudança também implica novo ciclo de cálculo, novo critério de incorporação e alteração de despesa obrigatória, exigindo estudo de impacto orçamentário.

Quanto ao art. 6º, aparentemente há redução de benefícios, pois o limite passou para 6%, mas aumentou o tempo de validade de certificados, estando aparentemente tendo regras mais restritas, contudo, toda alteração remuneratória depende de estudo de impacto financeiro obrigatório, conforme art. 113 da ADCT.

Assim, analisando-se o Projeto de Lei em razão da ausência de estudo orçamentário, na visão desta Procuradora Jurídica, verifica-se a impossibilidade de aprovação do Projeto de Lei nº 52/2025 em sua forma atual, devendo o Executivo apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro (art. 113 ADCT), demonstrativo de adequação e compensação orçamentária (LRF, arts. 16 e 17); declaração de que a despesa



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

é compatível com o PPA, LDO e LOA, planilha de projeção de despesa por classe e por ano, manifestação técnica da Secretaria de Educação e da Secretaria de Finanças e inclusive demonstração do índice de pessoal, neste ano e nos dois seguintes.

No entanto, além das questões já levantadas, outras questões devem ser analisadas pelos Vereadores, caso seja apresentado o estudo de impacto-orçamentário e demais documentados citados acima, entre elas deve ser analisado o Estatuto do Servidor Público (Lei 85/1990), que prevalece sobre leis específicas posteriores, já que regem todo o regime jurídico dos servidores, define princípios estruturantes e critérios objetivos, bem como está alinhado com a Lei Orgânica Municipal (arts. 63 a 70).

Além disso, a própria Constituição Federal veda no art. 37 distinções arbitrárias no tratamento remuneratório e funcional. Embora seja lícito que diferentes carreiras tenham regimes próprios, as diferenças precisam ser justificadas por critérios objetivos, ligados às atribuições do cargo, à formação mínima exigida, ao grau de responsabilidade e à complexidade técnica.

Nesse sentido, observa-se que a Lei Orgânica Municipal (LOM) determina tratamento uniforme quanto a avanços progressivos e evolução funcional a todos os servidores (art. 65 e art. 66), sistema de mérito, profissionalização, avaliação periódica (art. 68, §2º, incisos I a VI), isonomia remuneratória entre cargos iguais ou assemelhados (art. 68, §3º), entre outros.

A diferenciação entre os servidores do magistério e os demais do poder executivo é legal quando decorre de especificidades da carreira do magistério, formação superior obrigatória (quando aplicável) e regime jurídico federal de referência (Lei 11.738/2008 e LDB).

Assim, qualquer lei posterior só pode tratar de regime especiais se não contrariar as regras gerais, pois há ilegalidade se assim o fizer, valendo esclarecer que diferenças aos servidores sem fundamentação constituem violação ao princípio da isonomia, o que deve ser analisado com cautela pelos vereadores, caso sejam apresentados os documentos necessários ao Projeto em tela pelo Poder Executivo.



Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

Por fim, quanto ao mérito do presente projeto de lei, ou seja, sobre a necessidade, conveniência e interesse público, caso sanadas todas as irregularidades, tal análise e decisão, compete exclusivamente aos nobres edis, a quem é função precípua.

2.5. Do procedimento

Cumpra esclarecer que a emissão deste parecer jurídico não substitui, de forma alguma, o parecer das Comissões especializadas, eis que estas são compostas por representantes do povo. Sendo assim, a opinião jurídica exarada no Parecer em tela não possui força vinculante, podendo os seus fundamentos serem ou não utilizados pelos membros desta Casa de Leis.

Nesse sentido, o projeto de lei deve ser submetido às comissões permanentes atinentes à sua matéria, no caso a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, de Finanças e Orçamentos, bem como da Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social, devendo a matéria ter duas discussões.

Conforme art. 166 do Regimento Interno, deverá haver a divulgação da pauta da ordem do dia das sessões do Legislativo, a qual deverá ser publicada no site da Câmara Municipal, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes de seu início, e conforme o §1º, para entrar na pauta da reunião ordinária, as proposições deverão estar protocoladas na Câmara Municipal de Itaúna do Sul/PR até às 16h00 da quinta-feira anterior.

Quanto ao pedido de urgência, compete aos Vereadores a análise e justificativa para tanto, ressaltando, contudo, o pedido de urgência não dispensa a observância da legalidade e da instrução mínima do processo legislativo, já que a celeridade não pode suprimir o controle jurídico e financeiro que compete à Câmara Municipal.

3. Parecer

Diante do exposto, esta Procuradoria opina pela inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 52/2025 ante a ausência de documentos, como a estimativa de impacto-orçamentário (art. 113 ADCT e art. 169 da CF), demonstrativo de adequação e compensação orçamentária e do índice de pessoal (arts. 16 e 17 da LRF), declaração de que a despesa é compatível com o PPA, LDO e LOA, planilha de projeção de despesa por




Câmara Municipal de Itaúna do Sul - Estado do Paraná
Avenida Brasil, 883 - Centro - CEP 87980-000
Caixa Postal 11 - Itaúna do Sul-PR
Fone/Fax: (44) 3436-1659
<https://www.itaunadosul.pr.leg.br>

classe e por ano, manifestação técnica da Secretaria de Educação e da Secretaria de Finanças. Acaso sejam juntados os documentos necessários, devem ser analisados os demais apontamentos feitos, inclusive quanto às disposições da Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público de Itaúna do Sul, bem como a necessidade de emendas indicadas ao Projeto de Lei.

Por fim, ressalta-se que a emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não vincula as Comissões, o plenário da Casa de Leis ou o julgamento a ser realizado pelos egrégios vereadores. É o parecer.

Nova Londrina-PR, 03 de dezembro de 2025.


Susana Lehmkuhl de Souza Anziliero
Procuradora do Poder Legislativo
OAB-PR nº 40167